

Entre a Especialização Produtiva e a Agroecologia: Estratégias de Reprodução Social de Agricultores Familiares da Região Extremo Oeste Catarinense

Between Productive Specialization and Agroecology: The Social Reproduction Strategies of Family Farmers from the Far West Region of Santa Catarina, Brazil

Adinor José Capellesso*
Ademir Antonio Cazella**

**Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (PGA/UFSC), Bolsista de Pós Graduação Uniedu e Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, São Miguel do Oeste, Santa Catarina, Brasil.
adinor.capellesso@ifsc.edu.br*

***Professor do PGA – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
ademir.cazella@ufsc.br*

doi:10.18472/SustDeb.v6n2.2015.15492

Recebido em 08.06.2015
Aceito em 23.07.2015

ARTIGO - DOSSIÊ

RESUMO

Este artigo analisa as estratégias de reprodução social de estabelecimentos familiares com o objetivo de avaliar suas formas de inserção nos mercados e possíveis implicações socioambientais. O estudo de caso contou com 37 entrevistas com produtores convencionais e orgânicos no Extremo Oeste Catarinense. Enquanto as criações integradas demandam especialização, a agroecologia orienta-se pela diversificação produtiva. Entre esses polos, a atividade leiteira apresenta elevada expressão social, mas com reconfigurações importantes em curso na sua relação com os mercados. A demanda por maior escala, necessária para manter-se nessa cadeia e obter melhores preços, expande o modelo produtivista de elevado uso de insumos, o qual subjugua a preservação ambiental e reduz a margem de manobra frente às oscilações de mercado e aos possíveis problemas sanitários. Nesse contexto, o Estado e as organizações representativas do setor podem: a) assumir papel ativo, disputando a construção dos mercados; ou b) aceitar o fatalismo da concentração excludente em curso.

Palavras-Chave: Especialização. Diversificação. Pluriatividade. Agroecologia.

ABSTRACT

This article analyzes the social reproduction strategies of family farmers with the purpose of assessing their ways of insertion in the market and the possible environmental implications of this insertion. A total of 37 interviews with conventional and organic production family farmers from the Far West Region of Santa Catarina were conducted. While integrated swine and aviculture production generates specialization, agroecology seeks productive diversification. Between these poles, dairy farming has a high level of social expression, but is recently reshaping its relation with the markets. The demand for scale is necessary to remain the market chain and get better prices. In consequence, local family farmers are expanding a high-input production model, which subdues environmental preservation and reduces the margin of maneuver as a consequence of market fluctuations and possible sanitary problems. In this context, State and representative organizations of family farmers may: a) take an active role advocating for the construction of markets; or b) accept with fatalism the ongoing excluding concentration process.

Keywords: *Specialization. Diversification. Pluriactivity. Agroecology.*

1. INTRODUÇÃO

A agropecuária é um setor em que a ação antrópica é explicitamente aplicada ao manejo dos recursos naturais e na qual os problemas ambientais são recorrentes (ODUM, 1988; FAO, 2013). Logo, as possibilidades de gestão para contemplar a sustentabilidade socioambiental¹ estão intimamente ligadas à escolha do modelo produtivo e às relações sociais sobre as quais se organiza a produção.

Nessa perspectiva, a agroecologia² apresenta-se como orientação recorrente para a construção de modelos produtivos mais sustentáveis (GLIESSMAN, 2007; ALTIERI; NICHOLS, 2012). Além disso, Do Carmo (1998) defende que a agricultura familiar representa o lócus ideal para a sustentabilidade, na medida em que os meios de produção são, também, seu espaço de vida. Porém, verifica-se que tal articulação não reflete necessariamente em sistemas produtivos sustentáveis (CAPELLESSO; CAZELLA e ROVER, 2014), sendo necessário realizar estudos sobre as dinâmicas internas e as relações estabelecidas entre agricultura familiar e o agronegócio. Sobre esta última noção adota-se aqui o conceito que abarca os sistemas produtivos (familiares ou não) orientados pelo produtivismo e integrados às cadeias de valor em que os complexos agroindustriais têm papel decisivo a montante e a jusante dos estabelecimentos agropecuários (CARVALHO, 2013).

A agricultura familiar caracteriza-se pela diversidade de formas de reprodução social e relação com a natureza. Como conceito, foi introduzida no Brasil na década de 1990 por meio de estudos técnicos e acadêmicos, com destaque para Abramovay (1992), Veiga (1996) e Lamarche (1998). A partir daí passou-se a categorizar os agricultores brasileiros em familiares e não familiares, tanto no âmbito acadêmico como na ação pública. Essa diferenciação orientou a formulação de políticas públicas específicas, com destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar criado em 1996.

Em 2006, a legislação brasileira estabeleceu quatro características, a serem atendidas concomitantemente, para ser classificado como familiar: a) tamanho da propriedade limitado ao máximo de até quatro módulos fiscais; b) renda familiar com um mínimo de 50% advinda de atividades econômicas desenvolvidas no estabelecimento; c) administração centrada na família; e d) trabalho predominantemente familiar, operacionalmente limitado a até dois trabalhadores permanentes (BRASIL, 2006; 2011). Com 4.367.902 estabelecimentos em 2006 (84,4% do total), a agricultura familiar brasileira ocupava 24,3% da área, acessava 15% do crédito rural e era

responsável por 74% do pessoal ocupado e por 38% do Valor Bruto da Produção Agropecuária – VBPA (IBGE, 2009).

Para dar conta da diversidade que caracteriza a agropecuária, Lamarche (1998) diferencia os estabelecimentos pelas variáveis “autonomia” em relação aos mercados e dimensão “familiar”. A tipologia resulta em quatro tipos ideais de unidades agrícolas: a) “agricultura camponesa ou de subsistência”: baixa integração aos mercados e forte presença familiar; b) “empresa familiar”: forte caráter familiar e muito integrada aos mercados; c) “agricultura empresarial”: integração ao mercado associada à baixa presença da família; e d) “agricultura familiar moderna”: menor presença da família e maior autonomia aos mercados. Ao otimizar a produtividade do trabalho familiar com tecnologias pontuais, esta última categoria seria o modelo melhor armado para lidar com as inconsistências do mercado, pois a menor dependência facilita as adaptações.

Sem diferenciar as categorias de produtores, os dados do Censo Agropecuário de 2006, tabulados por Alves & Rocha (2010), evidenciam que 2.593.591 estabelecimentos agropecuários (50,1%) apresentam VBPA limitado a meio Salário Mínimo Mensal (SMM), somando em seu conjunto 0,9% do VBPA total. Como contabiliza nesse montante a produção destinada ao auto-consumo, evidencia-se a baixa integração aos mercados por parte dessas unidades produtivas. Na correlação com a tipologia de Lamarche (1998), a grande maioria desse grupo seria composta pela “agricultura camponesa”³. No lado oposto, 8,2% dos estabelecimentos (423.689) obtinham VBPA superior a dez SMM, somando 84,9% do VBPA brasileiro. É evidente que tal segmento é mais integrado aos mercados, sendo composto principalmente pelos tipos “empresa” e “empresa familiar”, o que inclui os estabelecimentos não familiares. Existe ainda um grupo expressivo que mescla diferentes níveis de autonomia e integração aos mercados, especialmente entre os 2.158.209 estabelecimentos (41,7%) com VBPA entre meio e dez SMM, os quais totalizam 14,2% do VBPA nacional. Em sua grande maioria, esses agricultores seriam classificados como “agricultores familiares modernos”.

Na meia distância entre autonomia e integração, Lamarche (1998) enaltece a agricultura familiar moderna pela sua capacidade de adaptar-se aos distintos contextos de mercado – o que lhe confere flexibilidade para mesclar recursos locais e externos na busca por eficiência econômica e respeito aos preceitos socioambientais. Em diferentes contextos específicos existem forças que tendem a aproximar ou afastar esses agricultores da autonomia ou integrá-los aos mercados (CAPELLESSO; CAZELLA e ROVER, 2014). Dentro das possibilidades, as famílias reestruturam suas estratégias de reprodução social e os próprios sistemas produtivos, condição que afeta a sustentabilidade socioambiental.

Nessa perspectiva, torna-se relevante caracterizar as distintas estratégias de reprodução social mobilizadas pelas famílias agricultoras, analisando as formas de integração aos mercados e suas possíveis implicações socioambientais. Para isso, realizou-se um estudo de caso em 37 Estabelecimentos Familiares (EF) da região Extremo Oeste Catarinense (EOC)⁴. Como demonstrado no próximo tópico, a região EOC se caracteriza pela presença de uma agricultura familiar dinâmica do ponto de vista socioeconômico, com acesso às políticas públicas e geração de renda superior à média nacional.

A escolha dessa região para realizar a pesquisa empírica levou em consideração, também, a persistência de uma marcada diversidade social entre as unidades agrícolas familiares, o que possibilita comparar EF com diferentes níveis de integração aos mercados. A seleção dos EF adotou critérios qualitativos com vistas a expressar as dinâmicas dos grupos de produtores orgânicos e convencionais, bem como das distintas cadeias produtivas. O levantamento de dados primários deu-se por meio de entrevistas semiestruturadas, gravadas e transcritas para a análise do discurso. A partir das fontes de renda, realizou-se a distinção e agrupamento das estratégias de reprodução social em três grupos, os quais estão apresentados na próxima seção.

O estudo está estruturado em três partes, além desta introdução. Na primeira, mobilizam-se os conceitos de especialização e diversificação produtiva, adotando-se como polos referenciais das estratégias de reprodução social: a) agricultores integrados às cadeias de suínos e aves; e b) os produtores orgânicos. A segunda seção aborda as tendências da produção leiteira, dada sua importância para a uma parcela significativa dos agricultores entrevistados, analisando as forças e dinâmicas que vêm induzindo sua especialização e concentração na região. Por fim, a terceira seção discute os rumos estruturais dessa atividade agropecuária e algumas implicações socioambientais das diferentes formas de inserção nos mercados.

2. AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR DO EOC

A agropecuária responde por mais de 80% do Valor Adicionado Bruto (VAB)⁵ na economia da região EOC, enquanto o setor representa 6,7% VAB estadual (SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA, 2013). A estrutura fundiária caracteriza-se pela presença de 94,2% dos estabelecimentos com menos de 50 ha, intimamente ligado ao processo de colonização. Após extrair a madeira, as colonizadoras vendiam as terras aos colonos vindos, especialmente, do Rio Grande do Sul.

Os lotes possuíam, geralmente, 25 ha, popularmente conhecidos como colônia. Como resultado, a agricultura familiar representa 92,5% dos estabelecimentos da região. Com área média de 15,13 ha, esses EF ocupam 75,2% da área e são responsáveis por 84,7% do VBPA regional. Entre as atividades desenvolvidas (Tabela 1), há certo equilíbrio entre a produção agrícola e as criações animais, com destaque para a produção leiteira, suínos, aves, milho e fumo (IBGE, 2009).

Tabela 1 – Valor bruto da produção agropecuária, participação da agricultura familiar e expressão das principais atividades dessa categoria social na região Extremo Oeste Catarinense.

	Valor total	Agricultura familiar			
	R\$ (mil)	R\$ (mil)	% do total	> fonte	R\$ (mil)
Animal	383.205,00	314.491,00	82,1		
De grande porte	162.374,00	137.637,00	84,8	Leite de vaca	107.727,00
De médio porte	150.385,00	117.034,00	77,8	Suínos	112.234,00
Aves	67.165,00	57.456,00	85,5	Frango corte	46.618,00
Pequenos animais	3.281,00	2.363,00	72,0		
Vegetal	431.306,00	375.217,00	87,0		
Lavouras permanentes	28.062,00	22.272,00	79,4		
Lavouras temporárias	377.156,00	335.246,00	88,9	Milho	154.561,00
				Fumo	73.984,00
Horticultura	7.063,00	4.652,00	65,9		
Floricultura	844,00	594,00	70,4		
Silvicultura	8.175,00	3.167,00	38,7		
Extração vegetal	10.008,00	9.287,00	92,8		
Agroindústria	400,00	363,00	90,8		
TOTAL	815.709,00	690.695,00	84,7		

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009).

Até a década de 1980, a criação de suínos tinha por base grande número de produtores, sendo conduzida em pequena escala. Diante da demanda das agroindústrias integradoras⁶ por escala produtiva, ocorreu forte processo de concentração da produção e exclusão de produtores (Figura

ra 1). Como resultado, em 2006, apenas 5,87% dos estabelecimentos da região EOC eram responsáveis por 89% do valor da produção de suínos. De forma ainda mais concentrada, 2% dos estabelecimentos eram responsáveis por 96,4% do valor de vendas das aves de corte (Tabela 2).

Figura 1 – Evolução do número de criadores com mais de vinte suínos e da produção de carne em Santa Catarina para o período 1985 e 2006.

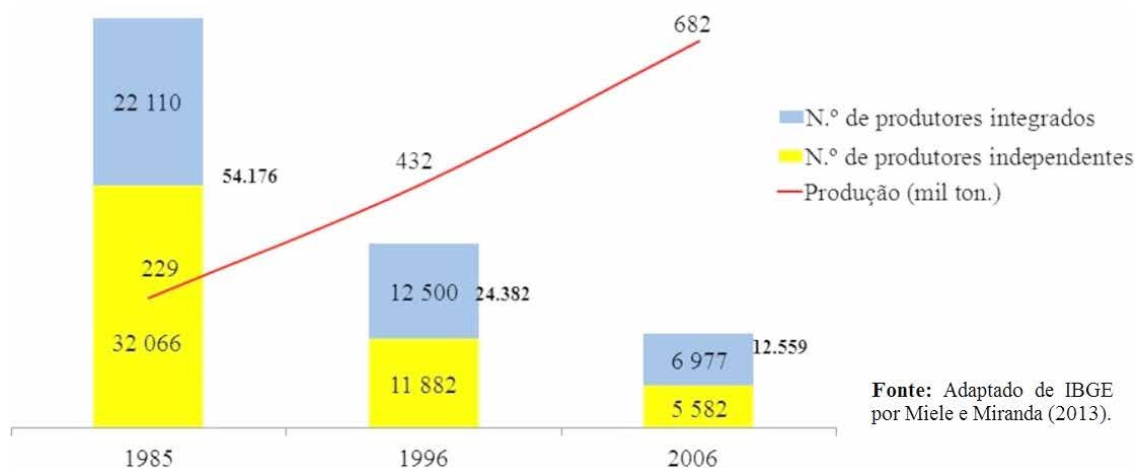


Tabela 2 – Percentual de estabelecimentos familiares, não familiares e totais na região Extremo Oeste Catarinense que, em 2006: a) produziram e venderam as cinco atividades agropecuárias de maior expressão econômica; e b) recorte de estabelecimentos com maior escala e sua participação no valor das vendas (ou da produção*).

a) estabelecimentos com	Agricultura familiar		Não-familiar		Total	
	produção (%)	venda (%)	produção (%)	venda (%)	produção (%)	venda (%)
Leite cru de vaca	74,0	65,9	28,4	1,7	71,8	63,7
Aves de corte	75,1	7,2	2,9	0,4	78,0	7,7
Suínos	56,3	14,5	3,8	1,3	60,1	15,9
Milho	82,3		32,6		78,5	
Fumo	34,2		5,2		31,3	
b) recorte de maior escala	estabel.(%)	VBPC (%)	estabel.(%)	VBPC (%)	estabel.(%)	VBPC (%)
Leite cru (c/ posse ≥50 bovinos)	3,6	17,2	12,7	58,3	4,4	20,5
Aves corte (venda ≥1000 aves)	1,9	96,0	2,3	89,6	2,0	96,4
Suínos (c/ posse ≥100 cabeças)					5,9	89,0*
Fumo (c/ área colhida ≥ 2 ha)					35,5	53,3*
Milho (c/ área colhida ≥ 10 ha)					16,0	60,9*

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009). Nota: * na falta de % do valor das vendas, utilizou-se o % de suínos nos estabelecimentos; e % do valor da produção de milho e fumo. Legenda: VBPC = Valor Bruto da Produção Comercializada; estabel. = estabelecimentos.

A exclusão da suinocultura exigiu a busca por alternativas econômicas, com destaque para três opções regionais: a) fomicultura: que propicia rendas satisfatórias para pequenas áreas via emprego intensivo de trabalho; b) milho: geralmente destinado às criações animais; e c) leite: atividade que ampliou sua importância comercial a partir da década de 1990 (IBGE, 2009). Após 2006, estima-se que a atividade leiteira tenha finalidade comercial em cerca de 75% dos EF da região. Tal condição não exclui a existência de estabelecimentos que se destacam pelo cultivo de hortifrutigranjeiros, outros grãos, piscicultura, turismo rural, agroindustrialização, etc.

A partir dos dados de campo e fontes secundárias é possível caracterizar as criações de suínos e aves como extremamente especializadas e geradoras de elevado VBPA. Na produção de grãos, a escala é limitada pelo tamanho reduzido dos estabelecimentos, com algumas exceções que apresentam maior VBP decorrente dessa atividade. A maior parte da produção de milho, lavoura de maior expressão nos EF, destina-se ao consumo animal nas próprias unidades. No lado oposto à especialização, verificam-se agricultores orientados pela agroecologia, os quais buscam a diversificação de atividades produtivas.

O técnico que orienta os EF com produção orgânica na região aponta para os riscos da especialização traçando uma analogia entre as estratégias de reprodução social e uma mesa. Ambas podem ficar em pé com ao menos três pontos de apoio, mas restam poucas possibilidades para enfrentar os distúrbios de mercado quando se fica sujeito a somente uma ou duas atividades. Nesse caso, a produção para o autoconsumo é entendida como um desses apoios.

Tendo por base o VBPA e a diversificação produtiva, as estratégias de reprodução social dos EF podem ser classificadas em três grupos, tendo por base a tipologia construída por Lamarche (1998): a) seis EF que atuam nas cadeias de suínos e aves e um em grãos (EF 1 ao 7), os quais são mais especializados e têm elevada integração aos mercados de insumos, aproximando-se da categoria “empresa familiar”; b) nove EF orgânicos e/ou orientados pela agroecologia (EF 29 ao 37), que valorizam a autonomia e a diversificação, situados entre a “agricultura familiar moderna” e a “camponesa”; e c) 21 EF não enquadrados nos grupos anteriores (EF 8 ao 28), em que predomina “agricultores familiares modernos”, mas com alguns casos mais próximos à “empresa familiar” e outros à “agricultura camponesa”.

a) EF integrados às cadeias de suínos e aves ou especializados em grãos

Nesse grupo foram incluídos sete estabelecimentos agropecuários. A análise de suas estratégias de reprodução social permite apontar a existência de diferenciação entre as duas atividades integradas, sendo a especialização e a concentração da produção mais intensas na avicultura.

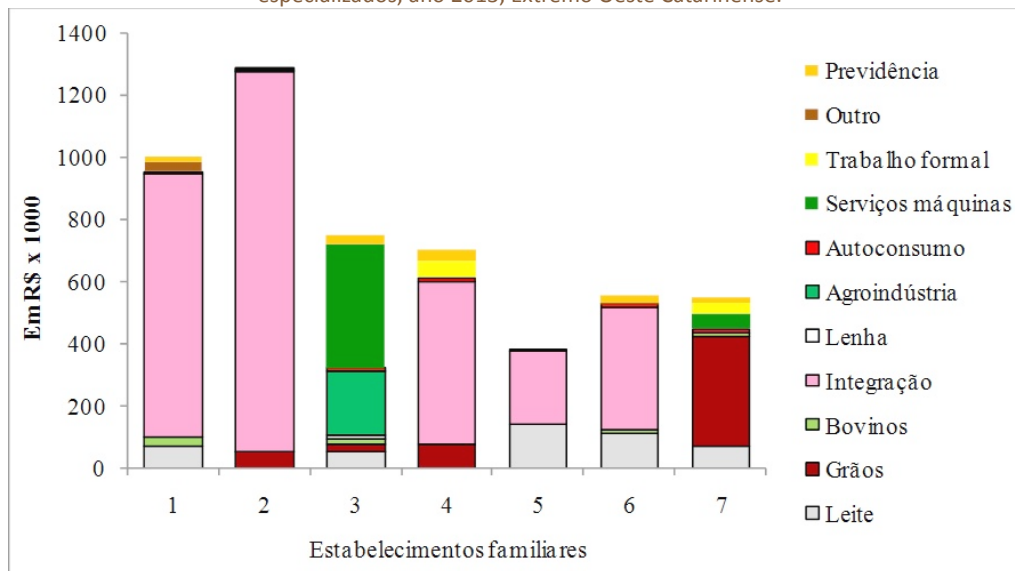
Entre os principais fatores explicativos, esse resultado tem relação com as possibilidades legais e econômicas associadas ao destino dos dejetos. A criação de frangos de corte sobre maravalha⁷ gera dejetos com baixo teor de umidade (~30%) e maior concentração de nutrientes, o que viabiliza o transporte a médias distâncias para emprego como fertilizante orgânico – não se constituindo em um entrave técnico. Já o dejetos líquido proveniente da suinocultura apresenta baixa concentração de nutrientes. Nesse caso, a relação custo/benefício para seu emprego como fertilizante só é favorável nas proximidades da criação⁸.

Além disso, a legislação limita a aplicação desse dejetos a 50 m³ ha⁻¹ ano, o que contrasta com o tamanho reduzido dos EF. Logo, para atender às exigências de escala das integradoras, os suinocultores geralmente firmam contratos formais de parceria com EF vizinhos, aos quais fornecem dejetos gratuitamente em troca de averbação da área nos órgãos competentes para viabilizar a licença ambiental.

Além dos três suinocultores integrados, o EF 09 mantém essa criação no antigo sistema de ciclo completo⁹ e em pequena escala. O entrevistado destaca que não foi excluído pela integradora graças à proximidade geográfica e à posse de licença ambiental atualizada. Em entrevista, afirma manter-se na atividade pelo benefício do emprego de dejetos nas pastagens: “[A suinocultura] está dando prejuízo ainda. Só [mantemos] por causa do esterco” (EF 09). Tal condição evidencia a possibilidade de sinergia com outras atividades, especialmente, pela aplicação de dejetos.

Por constituir-se em exceção e não fazer parte do grupo mais especializado, não foi incluído nesse grupo, mas no intermediário. Nessa direção, os EF 05 e 06 têm a atividade leiteira, com a utilização de dejetos de suínos nas pastagens, como principal fonte de renda líquida. Já o EF 04 complementa sua estratégia de reprodução social com a produção de grãos e rendas não agrícolas¹⁰ (Figura 2).

Figura 2 – Valor Bruto da Produção Agropecuária e de rendas não agrícolas dos sete estabelecimentos familiares especializados, ano 2013, Extremo Oeste Catarinense.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir das entrevistas.

No caso da avicultura, os dois EF integrados apontam para a necessidade de constantes investimentos para manter-se no setor: “[Tem necessidade de melhorias no aviário?] Ah, todo ano tem que fazer. A empresa todo o ano está exigindo coisas diferentes. Daí muda o sistema de criar. Que vão melhorando. Todo ano tem que estar investindo” (EF 02). Para atender às exigências das empresas por escala, ambos destacam a escassez de mão de obra, principal motivo de terem abandonado a produção leiteira:

[O que vocês produzem?] Se tu tivesses vindo uns 15 dias atrás ia ter leite também, mas vendemos as vacas. [Por quê?] Por causa de mão de obra. (...) Que a gente não estava conseguindo cuidar nem bem o leite e nem bem os aviários. Então, o que nós ganhávamos no leite, nós estávamos perdendo nos aviários. [Como o valor dos aviários é maior...] Não tem como se desfazer (EF 01).

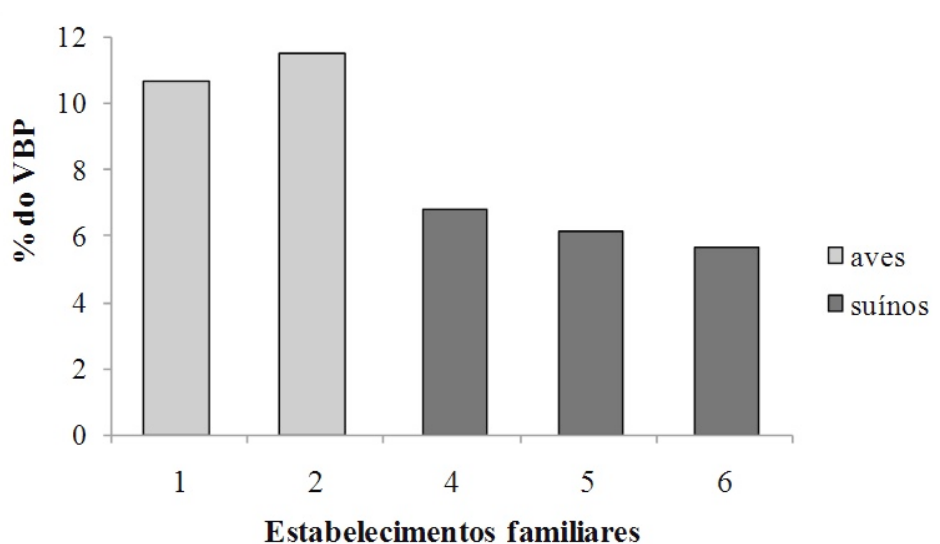
A falta de trabalhadores implica em recorrer a atividades poupadoras de mão de obra, embora as considerem de baixa rentabilidade: “Eu produzo milho e soja, que não dá serviço” (EF 02). Contudo, como a lavoura não gera retorno satisfatório em pequenas áreas, a concentração da renda na avicultura tende a reduzir a margem de manobra dessas famílias frente ao mercado. Tal condição contrasta com a menor escala verificada no EF 03, que não é integrado a agroindústrias. Ao abater as aves em frigorífico próprio e comercializá-las com diferenciais de qualidade¹¹ tem conseguido manter-se na avicultura com escala produtiva cerca de cinco vezes menor que os integrados às grandes agroindústrias.

Os dados apontam que a suinocultura e a avicultura tendem a gerar VBPA maior que dez SMM¹². Contudo, a intensificação reduz a rentabilidade do estabelecimento devido, especialmente, à transferência do beneficiamento e da comercialização final às integradoras.

Como se observa nos dados da Figura 3, uma pequena parcela do VBPA é paga ao produtor. Do montante recebido, os EF devem ainda descontar as despesas internas à unidade produtiva,

como energia elétrica, lenha, maravalha, higienização, medicamentos, água, mão de obra, juros e o imposto. Tal condição pode tornar-se delicada quando a família está pagando parcelas de financiamentos: “Tu tens que trabalhar dez anos para pagar o aviário, mas tu tens que ter outra atividade para tu viveres, porque dali não te sai” (EF 02).

Figura 3 – Percentual do Valor Bruto da Produção (VBP) de suínos e aves recebido pelos produtores familiares integrados, no ano 2013, Extremo Oeste Catarinense.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir das entrevistas.

Nessa direção, ao vivenciar uma das recorrentes crises na suinocultura, o EF 06 relata que a atividade não permitiu pagar as parcelas do financiamento da pocilga. Para saldá-las teve de redirecionar recursos da atividade leiteira. Entre os agricultores que possuem a infraestrutura de criação paga, suas análises não contabilizam os custos de depreciação e de oportunidade do dinheiro. O primeiro fator se refere ao recurso necessário para refazer o investimento após seu tempo de uso, enquanto o segundo representa a remuneração do dinheiro em aplicação financeira segura. Ao descontar somente os investimentos com melhorias, o resultado econômico tende a ser avaliado como positivo. Essa situação aponta que a utilização do VBPA como indicador de eficiência econômica deve ser relativizada e, ao invés desse indicador econômico, dar preferência ao Valor Adicionado Bruto.

Nesse grupo optou-se por incluir o EF 07, que tem nos grãos a principal fonte do VBPA. Com área própria reduzida, esse EF paga arrendamento da metade da área de lavoura. Embora se dedique também à atividade leiteira, o VBPA concentra-se em grãos: milho (58 ha) e soja (50 ha). Semelhante ao que ocorre com os suínos e aves, a margem bruta média (entradas menos saídas) na produção intensiva de milho híbrido transgênico foi de 44% do VBPA em anos ambientalmente favoráveis e de 3,4% em anos desfavoráveis (média de 29,9%).

Em arrendamento, deve-se descontar a renda da terra, que oscila entre 15% a 20% do VBPA. Não por acaso, verifica-se que somente seis EF (02, 04, 07, 08, 10 e 36), dentre os 37 analisados, comercializam volume considerável de grãos – sendo a principal fonte do VBPA em somente dois EF. Embora alguma venda de grãos ocorra em mais 19 EF, o milho (grão ou silagem) é fortemente redirecionado para agregar valor utilizando-o na produção de leite ou carne no próprio estabelecimento.

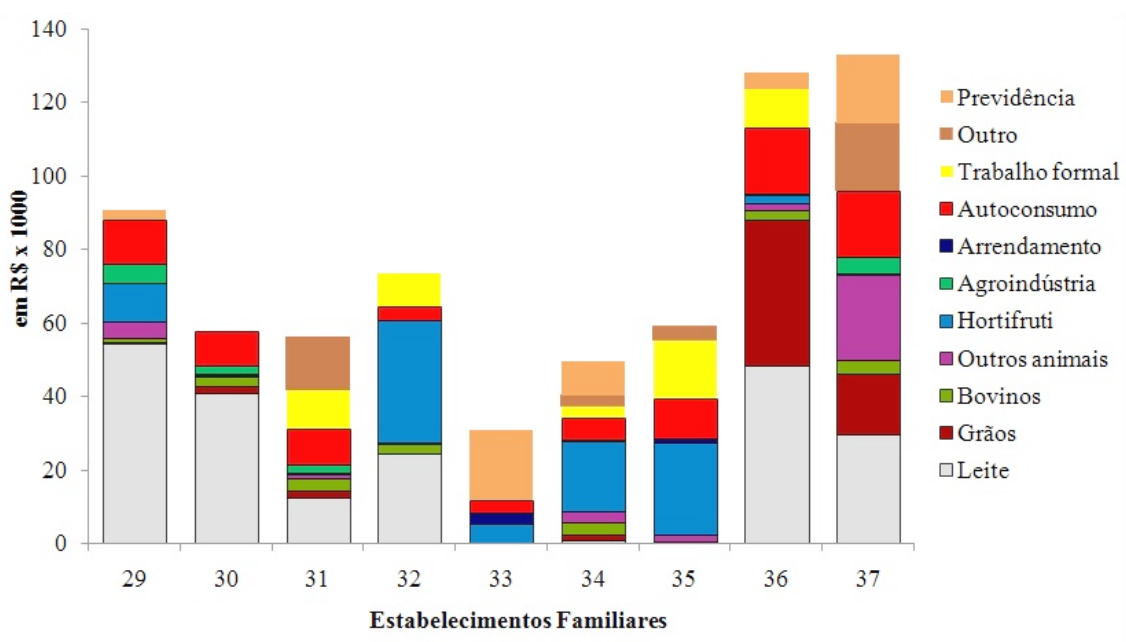
b) Agricultores orgânicos ou em transição agroecológica

Entre os nove EF classificados nesse grupo, quatro são certificados oficialmente como orgânicos e cinco seguem os preceitos da agroecologia, comercializando ao menos parte da produção como livre de agrotóxicos. Ao analisar o VBPA verifica-se que a média desse indicador oscilou entre os EF de 1,1 e 13,9 SMM no ano de estudo. Ao produzir de forma diversificada e com baixo uso de insumos externos, a autonomia eleva a margem bruta. A isso se soma a diversidade de fontes de renda em atividades não agrícolas e de políticas públicas (previdência), o que dá origem a múltiplas estratégias de reprodução social.

Os EF 29 e 30 são os mais especializados do grupo, na medida em que a produção leiteira representa mais de 50% da renda familiar. O segundo participa uma de cooperativa que comercializa leite de forma coletiva e é pioneiro na transição para a produção de leite orgânico. Já o EF 29, em que o leite tem forte participação no VBPA, a explicação está nos bons preços do mercado local, ao qual se somam diversas outras atividades.

No caso do EF 33, a família é composta por um casal de aposentados, os quais arrendam uma gleba distante de sua terra para terceiros, dedicando-se ao cultivo de olerícolas próximo à cidade para venda na feira local – a qual complementa as rendas previdenciária e do arrendamento. Para os demais EF, a diversificação nas fontes de renda está explicitada, a seguir, na Figura 4.

Figura 4 – Valor Bruto da Produção Agropecuária e rendas não agrícolas de nove famílias de agricultores familiares orgânicos ou em transição agroecológica, ano 2013, no Extremo Oeste Catarinense.



Fonte: Elaborado pelos autores com base em entrevistas.

Na produção de hortifrutigranjeiros, constata-se que a atividade é conduzida com bons níveis de diversificação em quatro dos cinco EF (exceção do EF 34). A diversidade tem relação com o tipo de comercialização, sendo que o maior número de produtos é encontrado na venda em feiras e nas residências dos consumidores, em comparação com a venda para supermercados. Embora permita a diversificação, um agricultor relata o tamanho reduzido do mercado local, o que limita ampliar a escala e o número de feirantes:

Quando nós entramos na feira, olha, estava boa. A feira dava bem. Tinha mês que nós vendíamos mais de três salários. E agora não está mais dando um salário. O que tem de gente que se envolveu com verdura não é de acreditar. (...) E quando nós começamos não tinha muitos. Tinha aqueles da feira e tinha um que ia nas ruas. Agora tem aqueles da feira e tem, acho, uns 7 ou 8 na rua (EF 33).

Se, por um lado, as feiras têm demanda reduzida na região, por outro, a baixa tradição de cultivo em hortifrutigranjeiros faz com que a região seja atendida por volume expressivo de frutas, legumes e verduras provenientes da Central de Abastecimento do Paraná S. A., de Curitiba, localizada a 572 km.

Além de ampliar a participação nesse mercado, representantes sindicais e técnicos vislumbram a melhoria na logística para levar esse tipo de produção aos grandes centros urbanos. Embora em tal mercado seja comum a necessidade de especialização em poucas espécies, trata-se de uma alternativa aos EF que desejam ingressar na horticultura, viável em pequenas áreas. Contudo, a experiência regional demonstra que muitas iniciativas voltadas a estabelecer novas cadeias produtivas orientando-se só pelos ganhos econômicos não lograram êxito.

Aí tem gente que vai dizer: 'Ah, mas já veio gente aqui dizer, mandar nós plantarmos batata-salsa, yacon. Mandou nós criarmos coelhos, criar rã, escargot, bicho-da-seda, cogumelo. Mandaram nós plantarmos figo, plantar laranja.' Todas as alternativas são interessantes, seriam economicamente viáveis, mas nunca houve alguém com interesse social por detrás disso. (...) Ai a Cooper X precisa comprar batata-doce. Tu vais lá e ele não tem batata-doce, que todo mundo planta, que é de domínio nosso, que está na região, que tem mercado e nós não incentivamos (Técnico 16).

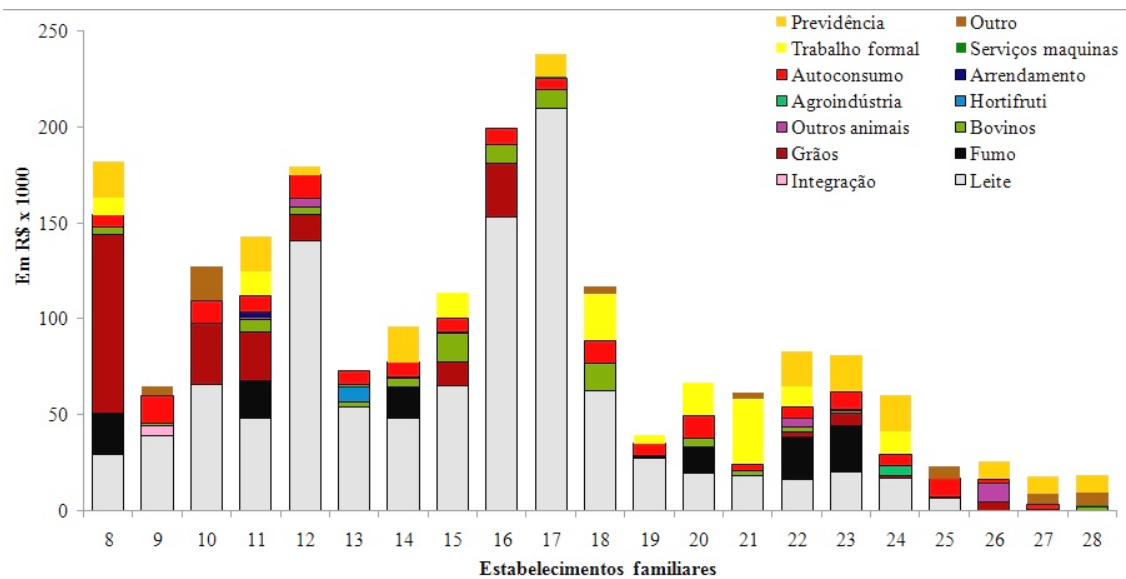
Como relatado pelo responsável técnico dessa pequena cooperativa de agricultores familiares que atua com hortifrutigranjeiros, as experiências frustradas criam resistência às novas iniciativas e dificultam a valorização dos produtos locais. Se, por um lado, a perda de confiança nas novas iniciativas pode ser classificada como a fragilização de capital social (PUTNAM, 1996), por outro, a região é rica em organizações coletivas voltadas a organizar a produção e atuar nos mercados, demonstrando uma elevada habilidade social de parcela de agricultores e suas instituições representativas em construir alternativas de mercado.

c) Agricultores convencionais não integrados

Esse grupo é constituído por 21 EF e se caracteriza pela adoção de sistemas de produção convencional com distintos níveis de intensificação e renda. Trata-se de um grupo heterogêneo, em que predomina os "agricultores familiares modernos" da tipologia de Lamarche (1998).

Alguns EF ampliaram a integração aos mercados de insumos e a especialização na produção leiteira (EF 12, 16 e 17) e de grãos (EF 09), aproximando-se da "empresa familiar", enquanto outros (EF 26, 27, 28) têm produção agropecuária reduzida, mais próximos da "agricultura de subsistência" (EF 25, 26, 27 e 28). Assim como nos grupos anteriores, um olhar sobre as fontes de renda (Figura 5) evidencia a importância da produção leiteira. Em complemento, são recorrentes as rendas de outras atividades agropecuárias e não agrícolas. Nesta última destaca-se a forte presença de trabalho remunerado com carteira assinada de integrantes da família, rendas previdenciárias e "outras" fontes.

Figura 5 – Valor Bruto da Produção Agropecuária e rendas não agrícolas de 21 estabelecimentos familiares, ano 2013, no Extremo Oeste Catarinense.



Fonte: Elaborado pelos autores com base em entrevistas.

A produção leiteira é conduzida com diferentes escalas, sendo que alguns EF adotam sistemas mais intensivos e especializados. No grupo de produtores com volume inferior a três mil litros mensais estão os EF 08, 20, 22, 23, 24 e 25. Embora tal condição aparentemente inclua os EF 19 e 21, os dados apresentados representam o rateio de produção coletiva. O primeiro integra um condomínio de cinco famílias (irmãos), em que a renda agrícola e não agrícola (gestão de cooperativas) é dividida entre todos (conforme Figura 5). Já no segundo, três irmãos trabalham na terra do pai aposentado. Dois deles têm trabalho formal externo, enquanto o terceiro recebe um salário dos dois outros irmãos para gerir a propriedade, com o rateio das sobras. Nesse caso, só o VBPA foi dividido entre as três famílias.

Dos 18 EF que comercializam leite nesse grupo, quatro relatam interesse em parar (EF 08, 10, 11, 20), enquanto 14 objetivam ampliar ou manter a atividade nos níveis atuais. Entre os EF que têm a atividade leiteira só para autoconsumo, o EF 28 nunca comercializou e o EF 26 parou após se aposentar e ficar sozinho à frente do estabelecimento em decorrência de divórcio. Somente o EF 27 alegou ter parado de comercializar devido ao baixo volume, restringindo a venda atual a pequenos excedentes de queijo em parte do ano – enquanto recebe auxílio-doença (previdência) como principal fonte de renda.

O contexto de preços elevados e demanda maior que a oferta viabilizou a organização de seis EF em cooperativas, associações ou grupos informais para negociação coletiva do leite. Com menores volumes, os EF 20, 23 e 25 fazem parte de grupos informais, enquanto os EF 13, 29 e 30 integram cooperativas de comercialização de leite e compra coletiva de insumos.

3. PAGAMENTO POR QUANTIDADE: UM ESTÍMULO À ESPECIALIZAÇÃO

A forma de integração aos mercados pode cumprir papel decisivo no direcionamento do modelo técnico adotado pela agricultura familiar, especialmente, ao alterar a viabilidade de determinadas técnicas e sistemas.

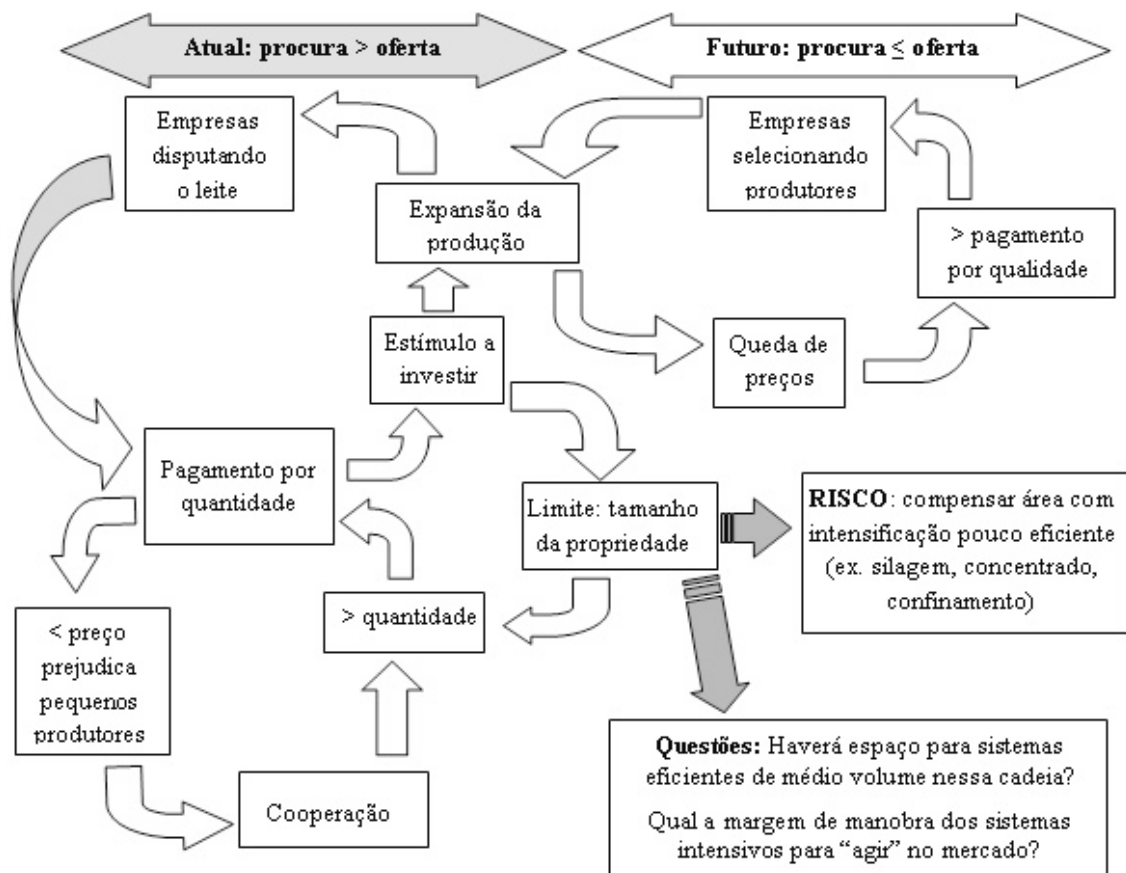
Nessa perspectiva, analisam-se as tendências associadas da produção leiteira no EOC em um contexto de mercado local aquecido, reflexo da expansão na capacidade de beneficiamento e processamento do produto – apoiado por recursos públicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ao elevar a capacidade operacional muito acima da oferta, as empresas passaram a disputar produtores com preços diferenciados pela quantidade comercializada. Como exemplo, em maio de 2014, verificou-se entre produtores próximas diferenças de preços por litro na ordem de 38,6% em decorrência de diferenças no volume produzido, chegando a 51% em relação ao EF 24, que atua com pequeno volume em outra comunidade.

Ele [EF vizinho] tem 23 ou 24 mil litros de leite por mês. Acho que está ganhando R\$ 1,15 [L-1]. (...) [O senhor ganha quanto?] R\$ 1,00 [L-1]. [E se não tivessem o grupo, qual valor ganharia?] Uns R\$ 0,85 centavos [L-1]. (...) Eu sei aqui, que tem a empresa que pega conosco. Tá certo que dá uns cinco ou seis quilômetros para lá, dois moradores, estão ganhando R\$ 0,83 [L-1]. Por causa da distância. [Quanto eles vendem?] Um tem quatro [mil] e pouco e outro 1.300 [litros por mês] (EF 20).

A esse diferencial regional de preço por quantidade deve-se considerar que a cadeia produtiva de leite vem praticando no País preços superiores ao mercado internacional. Por um lado, esse quadro traz efeitos positivos, que estimulam o agricultor a acessar políticas públicas de crédito e a investir na atividade. Por outro, ao buscar volume, o agricultor tende a desconsiderar técnicas produtivas e organizacionais que permitiriam respeitar preceitos ambientais, produzir com menor custo e maior eficiência em longo prazo.

A baixa eficiência momentânea fica “ocultada” pelo preço elevado¹³. Quando a demanda se equiparar à oferta, essa diferença por quantidade tende a desaparecer, sendo necessário ajustar os sistemas produtivos em busca de eficiência e qualidade. Surge aqui um risco, visto que muitos agricultores estão utilizando ao máximo seu limite de endividamento. Se iniciativas pró-ativas não forem tomadas, a expansão na produção leiteira pode deparar-se com períodos recorrentes de crise, como ocorreram na suinocultura e na avicultura, resultando na exclusão de muitos produtores (Figura 6).

Figura 6 – Ciclos de causalidade presentes no pagamento por quantidade na cadeia produtiva do leite na região Extremo Oeste Catarinense.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Destaca-se que, diante da “falta de leite”, a importância atribuída aos diferenciais de qualidade – favoráveis à produção à base de pasto¹⁴ – é pequena, mesmo entre as empresas que tentam valorizá-la. Em comparação à diferença de R\$ 0,29 L⁻¹, verificado no pagamento por quantidade, a maior diferença de preço por qualidade foi de R\$ 0,05 L⁻¹.

Que as empresas estão começando a adotar por qualidade. Células somáticas, assim... [Quanto é que vocês recebem por qualidade?] Está embutido nesse preço. Mas dá diferença de R\$ 0,05 [L⁻¹]. Não dá R\$ 0,05. É R\$ 0,015 pelas células e bactérias, no máximo. Aí tem incentivos de canalização e resfriamento. Isso tudo conta também. [Aí chega a R\$ 0,05?] Acho que dá R\$ 0,05, que eles estavam pagando (EF 06).

Agora estamos ganhando R\$ 0,92. Só que eles falaram que iam pagar qualidade, mas estão pagando quantidade. Que a nossa qualidade é boa, as bactérias estão baixas. Eles dão incentivos, mas cada mês tem que estar brigando. Só que assim, quem tem 15.000 ou 20.000 litros está ganhando de R\$ 1,00 a R\$ 1,10. Então estão pagando por quantidade. [Paga um pouco por qualidade e muito por quantidade?] Sim, quantidade (EF 08).

Para fazer frente ao pagamento por quantidade, prejudicial aos estabelecimentos com menor volume, muitos EF têm se organizado em associações e cooperativas para negociação coletiva do leite. Em alguns casos, as cooperativas também atuam na compra coletiva de insumos¹⁵.

[Por que vocês criaram cooperativa para vender o leite?] Para vender melhor o leite e adquirir os produtos com um preço mais barato para o agricultor. Eu sou o tesoureiro dessa cooperativa. Daí a gente vê como a gente é logrado pelo comércio. Logrado não, porque a gente aceita pagar o que não devia (EF 29).

Contudo, ao negociar coletivamente um maior volume de leite, em comparação aos produtores individuais, relatam receber um preço intermediário. Como exemplo, a criação do grupo informal elevou o preço de R\$ 0,86 L⁻¹ para R\$ 1,00 L⁻¹, mas não alcançou o valor adicional de R\$ 1,15 L⁻¹ recebido pelo EF vizinho, que comercializa 23.000 L mensais. Segundo informação do EF 20, que representa o grupo informal, as empresas compradoras alegam que essa diferença se deve aos custos com frete para a coleta de pequenos volumes nas unidades produtivas.

Nós estamos em 12. Sou eu até o responsável para negociar preços. (...) A gente se reúne e um vai batalhar em cima de quantidades e preços. (...) [E junto quanto vendem?] Deve dar uns 23 ou 24 mil litros. [Por mês?] É. A gente não tem pessoal com quantidade grande. (...) Os caras jogam em cima por causa do frete. (...) [E aqui só tem um caminhão que busca leite?] Aqui na nossa linha tem três. (...) Eles dizem assim: “Se eu for a uma propriedade e carregar 1.000 litros, na tua carrego 100 [a cada dois dias].” Aí eu digo: “Mas se eu parar de vender, tu vais ter que ir lá igual” (EF 20).

Esse argumento contrasta com o fato de vários caminhões-tanques de empresas diferentes transitarem em uma mesma comunidade. Segundo o presidente de uma cooperativa de comercialização, nas negociações de venda do leite a indústria de laticínio alegou que a viabilidade do maior preço por litro para elevados volumes necessita ser compensada com menor preço nos pequenos volumes, os quais deixam de existir quando os EF se organizam em associações e cooperativas. Essa condição cria um quadro de incertezas e riscos para a atividade leiteira em EF com menor escala, principal fonte de renda da maior parte dos EF da região.

Diante desse cenário, um responsável pelo EF entrevistado, que já parou de produzir leite, destaca que o governo deveria adotar uma política inversa à atualmente praticada no mercado. Ou seja, garantir um preço maior ao pequeno produtor, na lógica de cotas existente em alguns países, para evitar que essas atividades sejam apropriadas por grandes:

Tipo o leite até 10.000 litros, da agricultura familiar, subsidiar 20% ou 30%. Para não deixar o grande produzir muito leite e dar muita oferta no mercado. Daí fazer um programa para a agricultura familiar com subsídio. Porque o leite também é uma coisa que não te rende muito. Porque ele te dá bastante serviço e muitas despesas em cima. E se dar um pouco de lucro a mais, o grande já coloca bastante e já dá muita oferta de leite (EF 02).

Enquanto alguns agricultores estão se especializando na atividade leiteira, os EF com menor volume tendem a ser excluídos pelos principais laticínios pela alegação do custo com transporte ou outros itens. A resistência atual é viabilizada pela grande demanda por leite e iniciativas organizacionais. Enquanto resistem, a questão passa a ser que modelo produtivo assumirá papel estrutural?

Opondo-se à produção à base de pasto perene, atualmente apoiado pela maior parte dos escritórios municipais da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), alguns laticínios vêm testando sistemas confinados, baseados na estabulação livre (*free stall*) e alimentação à base de silagem e concentrado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos as transformações históricas das estratégias de reprodução social da agricultura familiar e o papel das principais atividades agropecuárias, verificam-se alterações na importância econômica e social ao longo do tempo. No caso da produção de suínos e aves, o aumento

do VBPA está associado à queda de rentabilidade, ampliação de escala e concentração em um número reduzido de estabelecimentos. O olhar sobre essas atividades permite afirmar que a estruturação do sistema produtivo não foi planejada segundo preceitos socioambientais, mas para atender às exigências competitivas de mercado com as quais se depararam as agroindústrias. Logo, não se teve uma antecipação pró-ativa das possíveis evoluções (JEAN, 2007) com vistas a orientar o modelo produtivo, restando às políticas públicas ambientais estabelecer limites aos impactos para os dejetos.

Dentre as principais estratégias de reprodução social de agricultores familiares da região EOC constata-se que a cadeia leiteira assume a expressão socioeconômica que outrora tivera a suinocultura. Essa atividade encontra-se em transformação, não sendo possível afirmar qual modelo produtivo e organizacional será hegemônico no futuro. Por um lado, há forças que estimulam ganhos de escala por meio de sistemas “superintensivos”, que tendem a excluir os pequenos produtores e a aumentar os riscos ambientais. Por outro, a produção à base de pasto apresenta-se como alternativa técnico-produtiva aos agricultores familiares modernos, onde o baixo uso de insumos (elevada autonomia) e a organização em cooperativas e associações de comercialização (novos mercados) podem contribuir para a viabilidade da atividade em EF de escala intermediária e em sistemas ambientalmente mais sustentáveis.

Diante da experiência dos sistemas integrados e da importância atual da cadeia leiteira, pensar a sustentabilidade socioambiental da agricultura familiar da região implica adotar ações pró-ativas que se antecipem às suas evoluções. A definição de políticas agroambientais tende a ter papel decisivo sobre a viabilidade e orientação do modelo produtivo. Por sua vez, as experiências da suinocultura e da avicultura demonstram que, ao deixar tal definição aos ditames do mercado, tende-se a gerar problemas sociais e ambientais de caráter estrutural, os quais são de difícil reversão.

Nessas cadeias, os EF profundamente integrados aos mercados se configuram como “empresas familiares” de elevado VBPA, mas com rentabilidade real relativamente baixa em virtude do uso intensivo de insumos externos. Quando à forte integração se soma a especialização, tais estabelecimentos tendem a ficar mais suscetíveis às oscilações de mercado. Enquanto isso, resta aos EF excluídos buscar alternativas em outras atividades e, à legislação, impor limites pontuais para amenizar seus impactos negativos sobre o meio ambiente.

Algumas organizações representativas da agricultura familiar atuantes na região vêm discutindo esse cenário com vistas a contemplar o que se denominou antecipação pró-ativa, expressa pela valorização da autonomia e relativo distanciamento em relação aos mercados, que caracterizam o tipo “agricultura familiar moderna”. A experiência vivenciada, especialmente com a suinocultura, é bem conhecida pela maioria dos agricultores familiares da região e pode contribuir para fortalecer a construção social de alternativas de mercado. A isso se somam a existência de sistemas de produção de baixo custo à base de pasto (Pastoreio Racional Voisin e similares) e possibilidades de diferenciar a produção mediante critérios de qualidade, como produtos coloniais, orgânicos, sustentáveis, indicações geográficas, etc.

Contudo, dada a importância que tem a ação pública em apoiar um ou outro modelo, persiste um entrave. A orientação produtivista, que existe por detrás das políticas públicas de crédito rural direcionadas à agricultura familiar, pode apressar a especialização e a ampliação da escala, já estimulada pelo mercado no pagamento maior para quantidades maiores. Na atualidade, a produção regional se mantém diversificada, sem indicativo que os ganhos de escala por confinamento e concentração em um número reduzido de produtores tendem a predominar, não sendo possível definir qual modelo produtivo se tornará hegemônico. Como num jogo de xadrez, as peças estão no tabuleiro e os primeiros movimentos foram iniciados.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec/Anpocs/Ed. Unicamp, 1992.

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. Agroecología: única esperanza para la soberanía alimentaria y la resiliencia socioecológica: una contribución a las discusiones de Rio+20 sobre temas en la interface del hambre, la agricultura, y la justicia ambiental y social. SOCLA, Junio 2012.

ALVES, E.; ROCHA, D. P. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E.; NAVARRO, Z. (Orgs.). A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: IPEA. 2010.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. 2003. DOU, nº 250, Seção 1, p. 8-9, de 24 de dezembro de 2003.

_____. Lei nº 11.326, de 26 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. DOU, nº 141, Seção 1, p. 1, de 25 de julho de 2006.

_____. Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nº 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. 2011. DOU, nº 199, Seção 1, p. 1-3, de 17 de outubro de 2011.

CAPELLESSO, A. J.; CAZELLA, A. A.; ROVER, O. J. Estratégias técnico-econômicas divergentes entre agricultores familiares e políticas públicas: qual desenvolvimento é sustentável? Anais do IX Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia Rural, México DF, 2014.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília - DF, abril de 2006.

CARVALHO, J. M. de. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. Revista Abra – Reforma Agrária, edição especial, p. 31-44, 2013.

DO CARMO, M. S. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, A. D. D. e BRANDENBURG, A. (Orgs.) Para pensar outra agricultura. Curitiba: Ed. UFPR, 1998.

FAO. Sustainability dimensions. In: _____. FAO Statistical Yearbook 2013: World food and agriculture. Rome, 2013.

GARMESTANI, A. S. et al. Social-Ecological Resilience and Law. In: GARMESTANI, A. S.; ALLEN, C. R. (Orgs.) Social-Ecological Resilience and Law. Columbia University Press, 2014.

GLIESSMAN, S. R. Agroecología: promoviendo una transición hacia la sostenibilidad. Ecosistemas. v. 16, n. 1. p. 12-23, 2007.

IBGE. Censo Agropecuário 2006: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____. Censo Demográfico 2010: resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

JEAN, B. Du développement regional au développemant territorial durable: vers um développement territorial solidaire pour réussir lê développement des territoires ruraux. Anais do I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável, Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em: <<http://www.cidts.ufsc.br/?page=publication>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

LAMARCHE, H. Por uma teoria da agricultura familiar. In: LAMARCHE, H. (Org.) Agricultura Familiar: comparação internacional – do mito à realidade. Campinas. Ed. Unicamp, 1998.

MACHADO, L. C. P. Pastoreio Racional Voisin: tecnologia agroecológica para o terceiro milênio. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MIELE, M.; MIRANDA, C. R. de. O desenvolvimento da agroindústria brasileira de carnes e as opções estratégicas dos pequenos produtores de suínos do Oeste Catarinense no início do século XXI In: CAMPOS, S. K.; NAVARRO, Z. (Org.). A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível? Brasília, DF: CGEE, 2013. p. 201-229.

ODUM, E. P. Ecologia. Rio de Janeiro: Guanabara Coogan S.A., 1988.

PETERSEN, P. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. In: NIEDERLE, P. A. et al. (Org.) Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.

PUTNAM, R. D. Capital social e desempenho institucional. In: _____. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro. FGV, 1996.

VEIGA, J. E. da. Agricultura familiar e sustentabilidade. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Embrapa, v. 13, n. 3, 1996.

_____. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. 220p.

NOTAS

¹A sustentabilidade é aqui entendida como utopia para o Século XXI, constituindo-se em uma visão de futuro que orienta a estruturação dos sistemas produtivos e a definição de modos de vida com vistas a compatibilizar a relação entre sociedade e ambiente (VEIGA, 2010). Já a adjetivação socioambiental destaca a interdependência dos processos sociais e ambientais nas estratégias de gestão dos recursos naturais (GARMESTANI et al., 2014).

²A agroecologia é entendida como uma ciência interdisciplinar que estuda os problemas inerentes às práticas agrícolas atualmente adotadas, avalia e propõe inovações técnicas e sociais voltadas a ampliar a sustentabilidade na agropecuária em suas várias dimensões (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006; PETERSEN, 2013). Já a agricultura orgânica se refere aos sistemas de produção que seguem a certificação de conformidade orgânica da legislação brasileira (BRASIL, 2003).

³Como o VBP agropecuária não levanta rendas não agrícolas e nem distingue os sítios de lazer com alguma atividade agropecuária, não se sabe ao certo quantos estabelecimentos com baixo VBP aproximam-se da categoria camponesa definida segundo os critérios adotados por LamarCHE (1998).

⁴Com 4.250,7 km², em 2010, a região EOC possuía 174.690 habitantes, sendo 43,1% rural (IBGE, 2012).

⁵O VAB é calculado descontando-se do VBPA o valor dos insumos utilizados no processo produtivo, também chamado de Consumo Intermediário (VAB = VBPA – CI).

⁶Agroindústria integradora é a empresa privada ou cooperativa com quem os agricultores têm contrato para produção animal ou vegetal. A empresa fornece aos agricultores animais, semen-

tes, demais insumos, assistência técnica e as normas técnicas de produção. O agricultor integrado, em contrapartida, aporta o trabalho de manejo, a infraestrutura de produção e os riscos inerentes à produção, sendo remunerado pelo desempenho produtivo (índices técnicos). Os demais agricultores, não integrados, têm seu sistema de produção independente.

⁷A maravalha é a apara de madeira produzida com máquinas especiais para dispor de tamanho superior à serragem e evitar ao máximo a presença de pó. Esse material é utilizado nos aviários para revestir o solo, sendo que sua mistura com o esterco das aves é chamada de “cama de aviário”.

⁸Existem possibilidades para tratar esses dejetos em biodigestores e reduzir seu volume via sistemas de secagem ou emprego de maravalha similar às aves, mas essas alternativas são raramente utilizadas.

⁹Na criação de suínos em ciclo completo, o criador mantém no estabelecimento as fases de produção dos leitões, crescimento e terminação. Atualmente, o sistema de integração de suínos divide a criação em três ou quatro estabelecimentos distintos. O primeiro produz os leitões, que são transferidos para a creche em uma segunda unidade produtiva, sendo seu crescimento e terminação conduzidos em um terceiro e, por vezes, um quarto estabelecimento. Nesse caso, a remuneração dos suinocultores é calculada com base em índices de conversão alimentar e de peso dos animais de cada lote.

¹⁰Entre as atividades não agrícolas levantadas nos 37 EF entrevistados estão as seguintes: a) trabalho formal em empresas, cooperativas (inclusive gestão) e no serviço público (agente de saúde, escolas, representação política); b) prestação de serviços de máquinas; c) outras fontes, composta por trabalho informal (inseminador, pedreiro, eletricista, diarista e faxina), artesanato, auxílio estudantil e bolsa família. A Previdência Social representa outra fonte de renda importante para 21 estabelecimentos pesquisados.

¹¹Ao ampliar o período de criação, a carne fica mais firme e com sabor diferenciado, sendo comercializada como produto colonial.

¹²SM em 2013 era R\$ 678,00. Embora a legislação defina o recorte familiar com teto de R\$ 360.000,00 de renda bruta: a) na suinocultura e avicultura integrada considera-se só o valor pago ao produtor e não o VBP; e b) é comum a prática de dividir a terra e renda em mais de uma Declarações de Aptidão ao Pronaf entre os familiares (ex.: EF 03 e EF 07). Ou seja, os estabelecimentos desse grupo atendem os critérios legais.

¹³Como os agricultores familiares em geral não têm a prática de realizar cálculos de custo de produção, tendem a perceber a baixa eficiência do sistema somente quando enfrentam dificuldades econômicas.

¹⁴Enquanto o sistema confinado fornece a alimentação no cocho, a produção leiteira à base de pasto se dá com pastoreio pelos animais, o que reduz custos, mas limita a escala. Na região, os EF podem ser subdivididos em: a) confinados, com alimentação somente no cocho; e b) à base de pasto: pastagens perenes no verão, utilizando anuais só de inverno, com baixo uso de insumos externos, aproximando-se do sistema denominado de Pastoreio Racional Voisin (PINHEIRO MACHADO, 2010). Entre ambos, a maioria dos EF adota sistema c) semiconfinado, que mescla pastagens perenes e/ou anuais com forte presença de alimentação no cocho.

¹⁵As cooperativas de produtores de leite da região estão organizadas em uma rede e representam aproximadamente 10% dos agricultores. A isso se somam associações e grupos informais de produtores que negociam em conjunto.